



Jornalismo Opinativo e Espaços Sociais: O Caso da Imprensa Alternativa¹

Joana Vidal MAIA²
Universidade Federal do Ceará

Resumo

Há meio século consolidava-se o modelo de jornalismo empresarial, centrado em informação e alardeando objetividade. Jornalisticamente, porém, não é suficiente. Opinião e interpretação ainda tem papel central quando entendemos a mídia numa perspectiva mais ampla, pois são estas práticas que mais intervêm na esfera pública. Tomando como exemplo a imprensa alternativa, debatemos o papel que informação, interpretação e opinião cumprem no espaço midiático.

Palavras-chave

Jornalismo; opinião; interpretação; imprensa alternativa

A importância da opinião no jornalismo

A opção pelo modelo de jornalismo utilizado até hoje, que tem a informação como cerne, iniciou-se na segunda revolução industrial, no século XIX. Além de alterar as relações de trabalho, pois inseriu a lógica de empresa na produção de periódicos, a exaltação de seus compromissos com a imparcialidade, a neutralidade, a objetividade e a verdade tinha viés também mercadológico. A lógica empresarial de vender mais para obter mais lucro tem papel fundamental nesses atributos.

No caso, trabalhar com a informação propriamente dita, o puro relato dos fatos, aumenta de forma drástica o público de um determinado jornal, pois pessoas de todas as linhas políticas têm possibilidade de encontrar nele informações de interesse particular, já que, teoricamente, nenhum dos lados é favorecido e é divulgada a verdade. O veículo, no caso, assume o papel de mediar a realidade, oferecendo ao público uma informação neutra.

Não negamos a importância da informação e concordamos que a prática jornalística se dá, principalmente, pela divulgação de atualidades, mas aquelas cujo interesse público ou o interesse do público é sobre. O que leva à questão da relevância do fato: para virar notícia, é necessário que afete a vida de um grande número de pessoas ou tenha grande impacto na organização social corrente.

¹ Trabalho a ser submetido ao IJ 01 - Jornalismo do XIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, a ser realizado do dia 15 ao dia 17 de junho no Centro Universitário CESMAC em Maceió - AL.

² Estudante de graduação do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará com habilitação em Jornalismo.



No mundo acelerado e globalizado em que vivemos, temos uma enorme quantidade de acontecimentos que se desenrolam em diferentes lugares todos os dias. Nem que quisesse o jornal poderia falar sobre todos eles. Chegamos então a uma nova questão: sobre *o que* informar. Ainda que se considere como critério o interesse público, continuamos com um montante de acontecimentos que não cabe no jornal, mas sabemos que todos aqueles a serem divulgados trarão determinado impacto social.

Em razão desse caráter selecionador, não cabe ao jornalista “informar ligeira e frivolamente sobre os fatos que acontecem ou censurá-los com maior soma de afeto ou adesão”. Como salientava José Martí, o libertador e pai da imprensa cubana, toca-lhe “elogiar, explicar, ensinar, guiar, dirigir; toca-lhe, enfim, propor soluções, amadurecê-las, torná-las fáceis, submetê-las à censura, reformá-las; toca-lhe estabelecer e fundamentar ensinamentos”, se pretende ser respeitado e, conforme os seus serviços e merecimentos, protegido e honrado pela sociedade. (BELTRÃO, 1976, pag. 12)

Considerando os fatores citados acima, vemos que, apesar de a informação pura e simples ser o “produto” que mais atende às leis do mercado, na perspectiva jornalística ela não é suficiente. É necessário oferecer mais que isso, caso contrário o jornal não se sustenta. Esse algo a mais se dá principalmente através da interpretação e da opinião, as quais, na medida em que são oferecidas, têm tanta importância quanto o relato dos fatos, pois contribuem para a formação da opinião pública.

Essas duas vertentes se encontram no mesmo eixo no triângulo-retângulo das funções básicas do jornalismo, conforme nos explica Luiz Beltrão (1980):

Nessa figura geométrica, o ângulo reto é a *informação*, ou seja, o relato puro e simples dos fatos, idéias e situações do presente imediato, do passado ou do vir-a-ser possível/provável, que estejam, no momento, atuando na consciência coletiva; o ângulo superior é a *orientação*, ou seja, o esforço de interpretar a ocorrência, tirando conclusões e emitindo juízos com o objetivo de provocar a ação por parte daqueles aos quais a mensagem é dirigida; enquanto o ângulo inferior é a *diversão* (entretenimento), isto é, um meio de fuga às preocupações do cotidiano ou costumeiro, uma pausa no ramerrão, um preenchimento dos lazeres com algo reparador do dispêndio de energias reclamado pela própria atividade vital de informar-se, sem a qual nenhum ser vivo pode evoluir e aperfeiçoar-se, nem o ser humano, especificamente, manter suas relações sociais. (pág. 13. Grifos do autor).

Apesar de juntas na função de orientação, conceitualmente, elas se diferem no seguinte sentido:

Essa análise preliminar de submeter os dados recolhidos a uma seleção crítica, e transformá-los em matéria para a divulgação é a **interpretação jornalística**. Interpretação que é um exercício da inteligência e do discernimento de um agente qualificado, com



excepcional aptidão para apreender toda a significação do fato para a comunidade, dentro de “um critério especial, de um juízo jornalístico que se resume em submeter o interesse particular e transitório para obter a universalidade e considerar, nos fatos, o seu valor permanente”. Cessa aí, na análise preliminar, a interpretação jornalística, atributo do exercício profissional consciente. Se o jornalista ultrapassa os limites da busca do sentido das diferentes forças que atuam em uma situação, configurada em suas origens e em suas possíveis projeções, se submete os dados colhidos e o sentido encontrado a uma escala de valores própria, pessoal, estará em pleno domínio da opinião. (BELTRÃO, 1976, pág. 47. Grifos do autor)

Extraímos daí que a função de opinar sobre determinado acontecimento vem conseguinte à função de interpretá-lo. Esta, por sua vez, consiste em correlacionar os fatos: da onde vieram, para onde eles vão, porque ocorreram, quais seus agentes influenciadores. Ao oferecer isso para o público, o periódico está saindo do meramente factual e partindo para uma observação da realidade, com suas relações de causa e efeito, buscando a ligação entre os fatos e o que eles representam na transformação do palpável.

E é necessário ao jornalismo fazê-lo, pois essa compreensão do que está ocorrendo na sociedade, tanto para o público como para o jornalista, é um passo primeiro para que ambos possam se situar na conjuntura apresentada. Isso nos traz outra das funções implícitas do jornalismo, a de educar através do oferecimento da realidade interpretada:

Nenhuma ação pode ser construtiva se seu agente desconhece os fatos, as idéias que o geram, seus antecedentes e possíveis consequências. Assim, embora não formalmente, a função jornalística é também educativa, quando fornece os dados objetivos que aclarem a opinião pública, permitindo à comunidade agir com discernimento na busca do progresso, da paz e da ordem justa. (BELTRÃO, 1976, pág. 30)

Aprendemos que a interpretação deve ocorrer de forma responsável: o fato não está mais lá pura e simplesmente. Ele se banhou de um olhar, na medida em que foi sendo ligado e/ou desligado de outros fatos; é essa visão que o veículo irá apresentar aos seus leitores e por eles será tomada como verdade. Qualquer interpretação pode vir a exaltar ou arruinar determinadas pessoas, empresas ou interesses, dependendo de com quais fatos suas ações estejam relacionadas, e isso vai construindo tanto a opinião pública como o imaginário social.

Diferente da interpretação, na qual continua explícito o compromisso jornalístico com a verdade objetiva, a opinião vem trazer um juízo de valor sobre o que está acontecendo. Não basta, então, oferecer os fatos e correlacioná-los, criando situações de



causa e efeito – é preciso também, ao jornalismo, opinar sobre eles. Esse novo elemento se veste de personalidade e subjetividade, numa perspectiva interpessoal: os atores principais passam a ser os homens que refletem e, transversalmente, fazem passar pelos ocorridos suas crenças e posicionamentos.

Podemos dizer que, enquanto a interpretação tem um papel educativo, de explicar o que está acontecendo, a opinião tem o papel de formar conceitos sobre isso e, a partir daí, gerar alguma ação por parte da sociedade sobre ou para aquela situação. Juntas elas atuam na função jornalística vertical de orientação, que já vimos acima.

Vale aqui discutir um pouco o porquê de o jornalista ter, além de informar, também o dever de opinar sobre aquilo que está informando. Isso está diretamente relacionado com a opinião que o público pode vir a formar sobre os fatos, o que chamaremos de opinião pública (OP). Vamos por partes.

Primeiro, devemos entender o espaço que a opinião tem no jornalismo. Claro que todos os acontecimentos podem gerar opiniões sobre eles, mas não é interessante ao jornal (no caso, à empresa) estar expressando isso sempre. Geralmente, a opinião dos grupos aparece no espaço do editorial e sobre objetos questionáveis: fatos que podem tomar um rumo ou outro dependendo das ações do público.

A opinião do jornalista, por sua vez, embora surja em espaços diferentes, não necessariamente concordando com a linha do jornal, acaba por cumprir o mesmo papel: o de fomentar o debate sobre acontecimentos que podem tomar uma ou outra direção, contribuindo na formação da OP e esta na prática de alguma ação. As formas de expressar essa opinião é que são diferentes: pode ser através de desenhos, de artigos ou crônicas, entre outros. Por usar essas formas de linguagem que fogem um pouco mais do formal e trabalham também com a subjetividade de quem está lendo, elas acabam proporcionando um contato mais próximo e de maior identificação com o público.

Luiz Beltrão (1980) nos explica um pouco melhor como se dá a função social opinativa para o jornalista:

Opinar, para ele, não é apenas um direito, mas um dever, pois, de ofício, está incluído entre os que fazem a profissão de opinar. Ainda mais: é sua função captar, em qualquer campo, aquele *objeto importante* sobre o qual a sociedade exige uma definição. Acresce a circunstância de que, na sociedade contemporânea, onde o simples fato de expressar uma opinião em círculos reduzidos, como, antigamente, ou nas sociedades tradicionais, nos botequins ou nos grêmios literários, não lhe confere caráter de sabida por todos, exige-se que *conste*, seja publicada. (...) Ao jornalista, pois, cabe a função de pregoeiro da opinião (própria ou de indivíduos e grupos sociais), a fim de que não fique ela restrita ao “mundo privado das vivências de cada



um, mas ingresse no mundo de todos... fique em disponibilidade... seja, em suma, uma *instância* a qual se possa recorrer”, condição de suma importância para a orientação do homem e da sociedade nos nossos tempos. (pag. 18-19. Grifos do autor)

Ele, então, vai atuar como formador de opinião (ou como orientador dos formadores de opinião), de forma que contribui, assim, para a formação da OP. Como Beltrão tão bem ressaltou, nesse caso não basta ter um posicionamento, mas é necessário que ele seja publicizado, caso contrário é apenas mais uma posição individual. Essa divulgação vem ocorrer, então, através da mídia (qualquer que seja ela) – aí percebemos como esta vem cumprir um novo papel de mediação das relações sociais: a opinião que entra em discussão é aquela que foi previamente divulgada, da qual um grande número de pessoas tem conhecimento.

Outro elemento que Beltrão fala e sobre o qual vale a pena nos deter um pouco: o jornal, atualmente, não só seleciona as opiniões que serão discutidas através de sua divulgação, ele também escolhe quais os fatos que entrarão em debate. Da mesma forma que o público não está interessado em discutir uma opinião que não está aparecendo na mídia, é difícil encontrar um grupo disposto a debater aquilo sobre o qual poucas pessoas estão emitindo opinião. Claro que o oposto também acontece, mas geralmente é a mídia que pauta as discussões do público.

Voltando à questão da opinião pública. Não devemos nos iludir de que ela seja uma opinião formada na base de conhecimento profundo e unanimidade. Pelo contrário. A OP geralmente se orienta por um pequeno grupo de formadores de opinião – esses sim podem ser considerados, de certa forma, grandes conhecedores dos fatos sobre os quais estão emitindo julgamento – e esta é assimilada pelo restante da sociedade, até que outro grupo formador de opinião discorde.

Temos aí um ciclo análogo às relações socioeconômicas. A opinião dominante assimilada pela maior parte da população é também a opinião da classe dominante, seja economicamente falando, seja através de uma relação de status social na qual estamos colocados. Por exemplo, a opinião de um médico graduado na universidade vale mais que a opinião de uma curandeira indígena em questões referentes à saúde. Esse caso podemos estender para todas as outras áreas. O jornalista entra nesse meio como grande conhecedor dos fatos – tanto por lidar com eles diretamente, como por conviver com eles diariamente em sua profissão de informar – e, por isso, apto a emitir opinião sobre eles com o respaldo de um especialista no caso. Daí a sua importância para a OP:



fomentar o debate a partir de um ponto de vista, oferecido para o público concordar ou discordar de acordo com os seus valores sociais e morais.

Já falamos sobre como a OP guia as ações sociais sobre determinados fatos e como a linguagem utilizada pelo jornalista, mais que o editorial, o aproxima do público. Com isso, ocorre um processo de sensibilização, de mexer com as emoções das pessoas. No momento em que opina, o jornalista se coloca como homem sensível aos acontecimentos e o seu julgamento passa por seus valores. Concordando ou não, o público está colocando também seus próprios valores e suas próprias emoções em xeque. As ações sociais surgem muito mais de processos emotivos do que de processos racionais (ressaltando que esses processos não são excludentes). Considerando tudo isso, compreendemos o poder que uma opinião tem de, ao proporcionar debates, envolver as pessoas através de suas subjetividades, levando-as a algum julgamento e a alguma ação.

Emitir opinião é função social do jornalismo tanto quanto divulgar informação e deve ser exercida com a mesma responsabilidade, pois é ela que dá à sociedade um curso de reformulação sobre diversas concepções a respeito do mundo. Esse processo se torna importante na medida em que realoca alguns setores sociais, colocando-os acima ou abaixo na divisão econômica ou na divisão de status e, por isso, mexe diretamente com diversos interesses.

O espaço e seus atores

No início deste artigo falamos que a opção pelo jornalismo puramente informativo se deu por uma opção de lucro mercadológico. Agora entendemos que ela se deu também por uma opção ideológica: a de manutenção social, num eixo acordado entre as classes dominantes. Dada a importância da mídia no sustentáculo da ordem, as elites tentam restringir ao máximo o espaço para opiniões discordantes, temendo a ação pública que pode ser gerada a partir daí.

Não devemos nos iludir, porém, que essa informação neutra e objetiva, tão alardeada pelas empresas midiáticas, existe verdadeiramente. Em espaços como títulos, notas e termos utilizados, quase subliminarmente, podemos enxergar ao longo de todo o jornal quais as posições que ele defende – a opinião não aparece somente quando ela está explícita, demarcada por uma cor ou uma fonte diferente.

Provavelmente devido à preferência da classe dominante pela objetividade, alardeada no jornalismo empresarial, há uma histórica apropriação entre os movimentos



sociais e a imprensa de opinião, inclusive com papel determinante em suas relações sociais – e de acordo com a necessidade de o jornalismo estar opinando – conforme nos explica Luiz Beltrão (1980):

Foram os movimentos sociais e a efervescência política provocados na Europa pela Revolução Burguesa que restauraram o prestígio e como que recriaram a imprensa de opinião. O público reclamava uma orientação e os impressos foram convertidos em agentes de luta, adotando, propagando e defendendo determinados princípios e ideologias e combatendo os opositores. Foi a época áurea da polêmica (pag. 35)

Durante todo o século XIX foi comum a existência de folhas estritamente opinativas, que levavam uma visão dos fatos para a população, justamente procurando orientá-la e/ou disputar a consciência dos que liam para essa ou aquela causa. Depois, o mercado optou pelo jornalismo de informação, mas, como já falamos esses novos periódicos não estão isentos das posições políticas de seus proprietários, geralmente membros das classes dominantes.

Produzir comunicação, porém, tornou-se uma atividade cara. Os movimentos responsáveis pela produção dessas folhas impressas opinativas não sumiram, mas hoje enfrentam diversas dificuldades para divulgar suas idéias; produzir suas próprias mídias é uma opção, principalmente após a internet, mas o alcance e o respaldo ainda não se comparam com os veículos tradicionais. Por isso, a relação dos veículos de comunicação com os movimentos sociais é bastante conflituosa; geralmente, uma relação de exclusão, por parte daqueles, e de reivindicações, por parte destes.

Embora ainda hoje tenhamos veículos gerados nas classes subalternas, ainda é nos momentos de maiores conflitos sociais que eles aparecem de forma mais ampla.

O caso da imprensa alternativa

Devemos, primeiramente, deixar claro que a definição “imprensa alternativa” gera, entre autores e estudiosos, confusões com “comunicação alternativa”, “comunicação popular” e “comunicação comunitária” e ainda assim quanto a seus conceitos. Brevemente, esclareçamos dentro dos conceitos que optamos por trabalhar neste estudo.

Comunicação comunitária e popular, para Cicília Peruzzo (2006), não são dois tipos distintos de práticas; como explica, é mais uma convenção adotar este ou aquele termo. Em geral, surgem de dentro das necessidades objetivas de um movimento social ou organização civil das classes subalternas em passar informação para a sociedade. São



processos comunicativos nos quais o povo aparece como produtor de conteúdo e se relacionam intimamente com as pessoas da comunidade. Não é errado chamar esse processo também de contra-hegemônico, uma vez que vai no sentido oposto daqueles que detêm o poder. Como exemplo, podemos citar rádios comunitárias ou jornais de associação de moradores, ou, em escala maior, o jornal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Opinião Socialista.

Cicília Peruzzo (2006) também explica que o termo “alternativo”, quando acompanhado de comunicação, refere-se principalmente ao conteúdo, representando uma opção por fora da grande mídia. Daí que a comunicação popular também seria alternativa por oferecer outra visão sobre os fatos e levar abordagens diferenciadas, desde a linguagem até a escolha de fontes, por exemplo.

A expressão imprensa alternativa, porém, traz outra carga histórica, pois

(...) é de domínio comum da sociedade brasileira e identifica um tipo de jornal tablóide ou revista, de oposição, dos anos 70, cuja venda era feita em bancas ou de mão em mão. Eram publicações de caráter cultural, político e expressavam interesses da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia. Eram espaços nos quais grupos de oposição ou frentes políticas emitiam uma corajosa condenação ao regime político. (FESTA, 1986, pág. 16)

Não podemos, porém, reduzir o papel da imprensa alternativa nesse processo histórico como um debate meramente conceitual de o que a caracteriza. Uma vez que agora temos claramente definido sobre o que estamos falando, vamos ao processo.

Quando o golpe de 31 de março de 1964 inaugurou a ditadura militar no Brasil e Castelo Branco assumiu a presidência, menos de dois meses depois Millôr Fernandes colocou nas bancas a Pif-Paf, uma revista ilustrada que fazia crítica aos costumes estabelecidos na época e inaugurou diversas características da imprensa alternativa.

Mas um regime não dura 21 anos só porque quer. A economia foi um dos principais pilares de sustentação, graças ao que convencionou-se chamar de “milagre econômico”. Foi o mais rápido período de ascensão da classe média no Brasil e o estabelecimento da cultura de consumo por parte destes, criando uma rede de sustentação na qual diversos setores sociais estavam satisfeitos – ou acreditavam nisso.

Outro dos grandes sustentáculos da ditadura foi a aliança que se formou entre esses governos e a grande mídia, a qual foi feita pelo estado militar o principal instrumento de sustentação ideológica e cultural da sua hegemonia, numa perspectiva gramsciniana. Expliquemos a partir da interpretação de Dênis de Moraes:



No entender de Gramsci, a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entrecios de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política. (MORAES, 2010, pág.54)

Ele nos coloca que a mídia faz parte do que chama de “aparelhos privados de hegemonia”, responsáveis pelo processo de dominação ideológico e pela criação dos consensos entre os diversos setores sociais. A dominação nesse campo de valores e idéias se torna até mais essencial do que aquela que se dá pela força, pois esta tem um limite de atuação (não se pode coagir toda uma nação pela brutalidade) e aquela vai num sentido de penetração mais profundo e envolvente, ocultando, na verdade, a origem da revolta, fazendo as outras classes consensuarem com o que precisam e acharem que estão felizes.

Portanto, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (GRAMSCI, 2002b, p.65). (MORAES, 2010, pág.55)

Vejamos como isso se deu.

O primeiro ponto a ser abordado sobre isso é a questão do agendamento midiático. Sendo ele um forte definidor das discussões sociais, a questão da omissão de diversos acontecimentos por parte da grande mídia, em um tempo no qual as fontes de informação eram mais restritas, deixava boa parte da população alienada quanto aos fatos que ocorriam no país. Mas não bastava só omitir determinados fatos se a mídia oferecesse uma cobertura crítica em cima de outros; era necessário que toda a prática jornalística mudasse.

Nesse momento, as reformas gráficas e editoriais ocorridas nos veículos na década anterior serviram perfeitamente para gerar uma prática que se adequasse a essa necessidade do regime. A segmentação em editorias e o restrito e delimitado espaço para a opinião (sempre apresentada como algo separado da notícia, não com função de colocar debates como falamos, mas numa perspectiva mercadológica de oferecer ao leitor um *plus* no veículo) foram ideais para fortalecer a alardeada imparcialidade, quando, na real, o que se apresentou foi uma perspectiva fragmentada do mundo, na qual os fatos não estão interligados.



Essa tentativa de neutralidade servia à sustentação do regime de duas formas distintas, embora complementares: primeiro, pela apresentação das notícias, cheias de dados numéricos e textos frios, distanciando-as do entendimento e da sensibilidade do leitor; segundo, pelo próprio perfil da cobertura, que começou a dar especial atenção ao entretenimento e conteúdo mais frívolos.

E como o que não se entende não se opina, o que não se opina não se discute e o que não se discute, não sensibiliza ou gera algum tipo de ação, a essas mídias cumpriram um papel de “deseducação” junto a diversos setores sociais.

Se a hegemonia tem seus métodos de dominação, como já explicamos, aqueles que a ela se opõem também tem os seus. O regime militar foi combatido em todas as instâncias: movimentos hippies contra os costumes burgueses, luta armada no campo e na cidade, arte, comunicação. Numa perspectiva de disputar a esfera midiática, surgiam jornais e revistas impressas que se posicionavam no lado oposto ao daqueles que estavam no poder, caracterizando-se como contra-hegemônicas na perspectiva apontada acima.

Para quem não tem voz, é necessário falar. E foi isso que vários dos jornalistas de esquerda demitidos de grandes jornais fizeram. Criaram seus próprios veículos, seja pelo espírito da profissão em estar divulgando aquilo que não vinha à tona e era relevante, seja pela consciência política de estar fazendo algo contra o regime. E quando as prisões e torturas ganharam força e a guerrilha fracassou com a experiência no Araguaia, os veículos alternativos ganharam uma significação para além daquela que já cumpriam:

Nesse período, de 1970 até o colapso do milagre econômico e o surgimento da política de distensão no interior do aparelho militar, em 1975, os jornais alternativos se constituíram não em meros símbolos do de resistência da sociedade civil ao autoritarismo, ou expressão de um movimento ou uma articulação de resistência: eles eram a própria resistência. (KUCINSKI, 1991, pág.54)

Nesse ponto, a esfera midiática tanto servia à dominação como aos subalternos; era um palco de disputa no qual dar ou omitir informação representava, a longo prazo, a sustentação ou a queda do regime. Estar nesse espaço e oferecer outra perspectiva informacional já representava uma ameaça.

Tornou-se mais conhecida a imprensa alternativa de grande porte, protagonizada por veículos que até hoje conhecemos, como o Pasquim, Movimento e Opinião. Mas não pensemos que eram só estes ou que todos os alternativos correspondiam a uma



massa homogênea na qual seguiam o mesmo formato. Como na revolução burguesa do século XIX que Beltrão fala mais acima, as décadas de 1960 e 1970 foram um pipocar de folhar impressas que nem sempre se tornaram conhecidos como os jornais que citamos acima. Jornais de partidos, estudantis, originados em movimentos populares e mesmo os de projeto nacional, fora os temáticos como feministas, ambientalistas, pela diversidade sexual ou simplesmente contra costumes tradicionais, surgiam a todo momento, congregando em si as oposições ao regime e as esquerdas da época, apresentando novas perspectivas de sociedade e de comunicação.

Como características principais podemos apontar o formato tablóide, que lhe rendeu a alcunha de imprensa nanica e a origem, sempre numa perspectiva contra-hegemônica, indo de encontro à ordem estabelecida e às classes que estavam no poder, fazendo oposição ao regime. Podemos citar também a falta de espírito empresarial, tendo recorrentes problemas financeiros ou se organizado em formato de cooperativas.

A imprensa alternativa, mais que informar sobre o que estava sendo ocultado, vinha questionar, se posicionar sobre o regime e suas práticas. Enquanto a grande mídia colocava em desuso algumas ferramentas, os alternativos iam na contramão: interpretar, correlacionar dados e opinar sobre eles era pré-requisito básico nesses veículos. Faziam uso imenso de artigos, de crônicas, de charges e cartuns, enfim, de gêneros opinativos em geral, além de outros típicos do jornalismo, como as entrevistas, e elementos que talvez jamais estivessem presentes em um jornal convencional, como as fábulas de Millôr Fernandes. Ousar na estética e linguagem era completamente permitido. Buscar novos recursos, sejam eles visuais ou textuais fazia parte da rotina desses jornalistas, tanto pela experiência, para educar, fazer chegar sua mensagem como para driblar o regime.

Por fim, as relações

Jornalismo de opinião, em suas diferentes linguagens, não é apenas dizer que “acho isso” ou “acho aquilo” sobre alguma coisa, como reduzem diversos jornais modernos. A opinião se manifesta em todo o processo, sem estar cercada de achismos; inicia na escolha das temáticas, cercadas de elementos cotidianos, e perpassa toda a construção da obra: quem tem voz, quem tem foco.

No início deste artigo, dialogamos com Luiz Beltrão (1976) e falamos um pouco sobre a função educativa implícita na opinião e interpretação do jornalismo. Cicília



Peruzzo nos traz o diálogo entre essa concepção e a prática comunicativa que estamos abordando agora:

Mário Kaplún (1985, p.7), ao referir-se ao fenômeno da comunicação popular e alternativa, afirmar tratar-se de “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista”. Ressaltando os aspectos educativos desse tipo de processo de comunicação, o autor (1985, p.17) esclarece que as mensagens são produzidas “para que o povo tome consciência de sua realidade” ou “para suscitar uma reflexão”, ou ainda “para gerar uma discussão”. Os meios de comunicação, nessa perspectiva, são concebidos, pois, como “instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador”. (PERUZZO, 2006, pág.3)

Podemos deduzir então que as publicações da imprensa alternativa, todas elas, correspondem, conceitualmente, a um modelo específico de comunicação alternativa (no sentido de oferecer outra opção de conteúdo, distinto do da imprensa convencional) e popular (conforme nos coloca Bernardo Kucinski (1991, página 43) à época todos se encontravam na condição de oprimidos pelo regime, tendo, então, origem contra-hegemônica) que teve grande força no Brasil entre 1964 e o final da década de 1980.

Além dos pontos colocados que respaldam as definições nas quais estamos trabalhando, ela converge também com a colocação de Mário Kaplún, uma vez que os jornais produzidos surgem com o objetivo de tentar apresentar a realidade que a grande mídia se preocupava em ocultar, além de questioná-la, debatê-la e, como adendo à explicação do autor, lutar contra ela. Não se pode negar, hoje, o papel que os jornais alternativos tiveram no combate ao regime militar brasileiro e como estes veículos estavam sempre ameaçados. O segmento que estava no poder conhecia o potencial educativo dessas publicações e o temia, pois, retomando Beltrão (1976), sabia que o conhecimento da realidade era um passo decisivo para gerar uma ação transformadora dentro desse ambiente.

A imprensa alternativa foi mais um dos momentos de ascensão das classes subalternas. Suas produções midiáticas tinham uma opção política clara, de oposição ao regime estabelecido e de dar voz aos setores oprimidos da sociedade. Mas, além disso, a imprensa alternativa foi um espaço de ousadia em forma: imagens, textos, cores – tudo foi revisitado e ressignificado. Os gêneros jornalísticos, aí, não podiam ficar de fora. No caso dos opinativos, falamos da ocupação dos espaços, nos quais charges, artigos e até mesmo crônicas ganharam vez; quanto aos gêneros tradicionais, notícias e entrevistas



foram tratadas de diferentes formas, tentando sair do pontual se aproximar da realidade do leitor.

Transformar a realidade foi o desejo mais acalentado por diversos dos jornalistas e colaboradores desse tempo. Através da sensibilização e da educação, tentavam que os olhos leitores se voltassem para as condições reais nas quais grande parte da população se encontrava, distante do sonho brasileiro de classe média; para todo o cerceamento de liberdades, cada vez maior; para a corda bamba da economia e, porque não, para os costumes tradicionais, distantes da nova sociedade que desejavam construir. Não só no sentido tomar conhecimento, mas também de levar reflexões sobre diversos assuntos, todos os sentidos da realidade concreta podiam ser pauta de um jornal alternativo.

Referências bibliográficas

BELTRÃO, L. **Jornalismo Interpretativo: filosofia e técnica**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1976

BELTRÃO, L. **Jornalismo Opinitivo**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1980

FESTA, R. e SILVA, C. E. L. **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil** (orgs.). São Paulo: Ed. Paulinas, 1986

HABERT, N. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Ed. Ática, 1992

KUCINSKI, B. **Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Ed. Scritta Editora, 1991

MORAES, D. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci**. Porto Alegre: Revista Debates, v.4, n.1, 2010.

PERUZZO, C. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária**. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006